

# A RECEPÇÃO DO VATICANO II NA IGREJA DO BRASIL

*Prof. Dr. José Oscar Beozzo<sup>1</sup>*

## Resumo:

O artigo tem por objetivo apresentar a recepção pela Igreja do Brasil do Concílio Vaticano II. O texto está estruturado em quatro partes: Na primeira, são examinadas as condições pré-existentes na Igreja do Brasil e que favoreceram a recepção do Concílio. Na segunda; são examinadas as condições criadas durante o Concílio para a sua boa recepção no Brasil. Na terceira, é apresentado o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) elaborado pela CNBB, durante a quarta e última sessão conciliar e que foi fundamental para a aplicação das mudanças propostas pelo Concílio. Na quarta parte do texto, o autor apresenta como a Igreja do Brasil implementou as reformas conciliares.

## Abstract

The article aims to present the reception of the Vatican II Council by the Brazilian Church. The text is structured in four parts: in the first one scrutinizes the pre-existent conditions of the Brazilian Church that favored the Council's reception. The second part examines the conditions created during the Council for its good reception in Brazil. The third presents the General Pastoral Plan (Plano de Pastoral de Conjunto – PPC) elaborated and approved by the CNBB, during the fourth and last Council's session. The PPC was crucial for the application of the changes proposed by the Council. In the fourth part of the text, the author shows how the Brazilian Church implemented the Council's reforms.

## Palavras-chaves:

Concílio Vaticano II, recepção, Igreja do Brasil, Plano de Pastoral de Conjunto e reformas.

## Key-words:

Council Vatican II reception, Brazilian Church, General Pastoral Plan and pastoral reforms..

## INTRODUÇÃO

O Vaticano II foi o primeiro Concílio realmente universal na composição dos seus membros vindos em representação de igrejas dos cinco continentes.

Em todo acontecimento eclesial, mormente naqueles, como os Concílios, destinados a marcar em profundidade a vida da igreja, três elementos devem ser tomados em consideração: o evento em si, os documentos nele aprovados e finalmente a sua recepção.

---

<sup>1</sup> José Oscar Beozzo é doutor em história social pela USP; é professor de História da igreja na América Latina, na pós-graduação de Missiologia do Instituto de Teológico de São Paulo (ITESP); é coordenador geral do CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular), em São Paulo; é autor de artigos e livros na área de história da Igreja dentre os quais, *A Igreja do Brasil de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo* (Petrópolis<sup>2</sup> 1996) e *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*, (São Paulo, 2005) e *Tecendo memórias e gestando futuro – História das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado – MJC* (livro preparado conjuntamente com Ir. Maria Raimunda R. Costa, Ir. Maria Fidêncio Espírito Santo e Ir. Geralda F. Silva) - (São Paulo: 2009).

A recepção é o elemento de verificação mais importante, pois revela quais dimensões foram capazes de passar para o quotidiano da igreja, que outras deixaram de ser assimiladas e até mesmo as que foram seletivamente abandonadas.

A recepção é definida por Congar como “o processo pelo qual um corpo torna sua uma verdade, uma determinação que não se deu a si mesmo, reconhecendo que a medida promulgada é uma regra que convém à sua vida. A recepção é mais do que obediência. É uma contribuição própria de consentimento, eventualmente de juízo, na qual se expressa a vida de um corpo que exerce suas capacidades espirituais”.<sup>2</sup>

Ao nos debruçarmos sobre a recepção do Vaticano II, devemos atentar para um dado, tranqüilamente aceito pela historiografia: tratou-se de um Concílio dominado por bispos e teólogos da Europa, de modo particular, da Europa Central<sup>3</sup>.

Estudar, pois, a sua recepção no Brasil que é parte de um processo mais geral da recepção do Concílio pela Igreja na América Latina, significa interrogar-se sobre a maneira como áreas relativamente periféricas para a gestação e produção do Concílio aprestaram-se para a sua recepção e a realizaram à sua maneira.

O tema é tanto mais interessante, quanto foram justamente essas áreas relativamente marginais durante a gesta conciliar que se tornaram das mais relevantes para sua recepção, durante o período pós- conciliar.

Para apresentar o panorama desta recepção na igreja do Brasil, vamos nos restringir a um instrumento de caráter colegial que a orientou, o “Plano de Pastoral de Conjunto”, o PPC, aprovado em 1965, ao apagar das luzes do Concílio<sup>4</sup>.

O PPC poderia, com proveito, ser comparado à recepção que se deu para toda a América Latina, por intermédio da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968 (24/08 a 06/09)<sup>5</sup>.

Nesse caso, encontrar-nos-íamos diante de duas formas diferentes de recepção:

- a primeira, a de uma Igreja local, porém de dimensões continentais, foi preparada ao longo dos últimos meses do Concílio e teve seus resultados vazados sob a forma de diretrizes para a ação eclesial;

<sup>2</sup> Y. CONGAR, “La réception comme réalité ecclésiologique” (*Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques* 56, 1972, 369-403), 370. (Tradução do autor). Cf., mais recentemente, os artigos de E. LANNE, “La notion ecclésiologique de réception” (*Revue Théologique de Louvain* 25, 1, 1994, 30-45); A. ANTÓN “La ‘recepción’ en la Iglesia y eclesiologia”, (*Gregorianum*, 77, 1, 1996, 57-96) e (idem 77, 3, 1996, 437-469), citado por G. GUTIERREZ, “Actualidad de Medellín” (*Páginas* 152, agosto 1998), 6, nota 1.

<sup>3</sup> Um indicador material desta hegemonia européia encontra-se no quadro das intervenções na Aula Conciliar. Estas totalizaram 2.234 ao longo das quatro sessões: 7,79% (163) foram devidas a padres conciliares da África; 9,53% (213) a padres da América do Norte; 0,08% (19) a padres da América Central e do Caribe; 8,90% (199) a padres da América do Sul, sendo 2,86% (64), devidas ao Brasil; 13,16% (294) a padres da Ásia; 0,07% (8), a padres da Oceania e 59,54% (1.330) a padres da Europa. Se subtrairmos dos vários continentes, o grande número de bispos europeus ordinários do lugar, principalmente em regiões missionárias, e agregarmos suas intervenções às dos bispos do continente europeu, esta preponderância se tornaria ainda mais evidente. Para a tabela das intervenções por países e continentes, cf. G. CAPRILE, *Il Concilio Vaticano II* (vol. V. Roma 1968) 556-557.

<sup>4</sup> CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto - 1966-1970* (Rio de Janeiro 1966). Usaremos da abreviação PPC, para citar o Plano de Pastoral de Conjunto de 1965.

<sup>5</sup> CELAM, *Conclusões de Medellín*. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio (Petrópolis<sup>4</sup> 1971).

- a segunda, envolvendo Igrejas da América do Norte (México), América do Sul e do Caribe, num processo mais dilatado de praticamente três anos, teve suas conclusões exaradas em documentos semelhantes aos do Concílio, embora com uma metodologia distinta.

Todas as duas estavam animadas, porém, por uma preocupação nitidamente pastoral, mas que acabavam tendo, mesmo não sendo a intenção, evidentes repercussões no campo teológico.

A recepção do Vaticano II (1962-1965) na Igreja do Brasil, um país de dimensões continentais, com 182 circunscrições eclesiais, com um território bem maior do que o da Europa, se forem excluídas as terras pertencentes à Rússia européia, colocava problemas particularmente difíceis<sup>6</sup>.

Tratava-se de um país que, menos de um século antes, por ocasião do Vaticano I (1869-70), contava com 9 milhões de habitantes, 15% dos quais ainda escravos, e com apenas doze dioceses, uma das quais vacante.

Sete bispos brasileiros foram a Roma para o anterior concílio, o Vaticano I, o primeiro em que a Igreja brasileira tomava parte. Ficaram praticamente perdidos entre os mais de 750 padres conciliares ali presentes, pois nunca nos três séculos anteriores, algum bispo do Brasil havia estado em Roma, obrigados que foram pelo Padroado régio a tratarem de todos os assuntos eclesiais com o Rei de Portugal e depois com o Imperador do Brasil, pelas mãos dos quais haviam sido elevados ao episcopado.

Em 1965, porém, a população do país subira a 80,7 milhões de habitantes e o número de circunscrições eclesiais havia passado de 12 para 182. Em que pesem os esforços desenvolvidos pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), nos seus dez primeiros anos (1952-1961), havia sido muito difícil, até então, articular numa rede estreita de mútuas relações todas estas circunscrições, em função das distâncias entre si e de suas raízes históricas muito distintas:

Assim, à véspera do Concílio Vaticano II, o outrora minúsculo episcopado brasileiro, à época do Vaticano I, havia se tornado o terceiro mais numeroso do mundo, depois do italiano e do norte-americano.

Enquanto o episcopado mundial de cerca de mil preladados no Vaticano I, pouco mais que dobrara por ocasião do Vaticano II, o do Brasil havia sido multiplicado por dezessete. Sua população católica passou a superar a de todos demais países de antiga ou nova cristianização.

Colocar, pois, a questão da recepção do Vaticano II significa interrogar-se sobre as condições concretas, para implementá-la. Entre as condições que facilitaram a recepção, algumas antecederam o Concílio, outras foram forjadas durante o evento conciliar e outras, finalmente, no imediato pós-concílio.

## 1. CONDIÇÕES PRÉVIAS AO CONCÍLIO, PARA SUA BOA RECEPÇÃO

---

<sup>6</sup> A Europa cobre uma superfície de 10,3 milhões de kms<sup>2</sup>, 4,2 milhões dos quais pertencentes à Rússia européia, enquanto o território do Brasil soma 8,5 milhões de kms<sup>2</sup>.

Entre as condições que precederam o Concílio e facilitaram, posteriormente, a sua recepção, quatro merecem especial destaque:

a) A existência de movimentos apostólicos leigos afinados com os rumos que tomariam posteriormente as reformas conciliares, notadamente o movimento do apostolado dos leigos e leigas, concretizado sobretudo nos diversos ramos juvenis da Ação Católica (Juventude Agrária Católica, a JAC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; Juventude Independente Católica, a JIC; Juventude Operária Católica, a JOC e Juventude Universitária Católica, a JUC), o movimento litúrgico e o movimento bíblico.

b) A criação de uma estrutura de articulação e animação da vida da Igreja no seu nível mais alto, concretizada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952 e na Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB), fundada em 1954, reunindo os superiores/as maiores e os provinciais e as provinciais das ordens e congregações religiosas masculinas e femininas estabelecidas no Brasil.

A CNBB foi idéia do até então Assistente Geral da Ação Católica Brasileira (ACB), o Pe. Helder Pessoa Camara. Em 1950, durante o I Congresso Internacional de Leigos, partilhou-a com o substituto da Secretária de Estado, Giovanni Baptista Montini que a defendeu junto a Pio XII<sup>7</sup>. A CNBB veio inteiramente calcada na experiência dos leigos, com suas equipes nacionais e seus planos anuais de trabalho. Por muitos anos, a CNBB ocupou os espaços da própria Ação Católica, na Rua México, 10, no Rio de Janeiro (RJ) e valeu-se sempre da assessoria e apoio secretarial destes mesmos leigos e leigas.

c) O surgimento de uma estrutura de articulação continental que ampliava os horizontes da Igreja do Brasil e a colocava na trama complexa da realidade latino-americana, a partir da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), por ocasião do XXXIV Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro e da I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em julho de 1955<sup>8</sup>.

d) A elaboração do Plano de Emergência (PE), em 1962, dez anos depois da criação da CNBB<sup>9</sup>.

O planejamento pastoral foi um pedido de João XXIII a toda a América Latina, em discurso ao CELAM, em novembro de 1958, por ocasião de sua III<sup>a</sup>. Assembléia Geral<sup>10</sup>. Depois de repassar as dificuldades da Igreja no continente, cujos problemas ocupavam também o coração do Papa, João XXIII convidava os pastores a empregarem meios especiais para enfrentá-los.

<sup>7</sup> N. PILETTI, Nelson/W. PRAXEDES, *Dom Helder Camara: entre o poder e a profecia*. São Paulo, 1997, 169-198).

<sup>8</sup> Para a recepção do Concílio na América Latina, papel semelhante ao da CNBB foi desempenhado pelo CELAM, criado em 1955, no Rio de Janeiro, por inspiração de Dom Manuel Larrain, bispo de Talca no Chile e Dom Helder Camara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro e secretário geral da CNBB. CELAM, *Elementos para su historia: 1955-1980*. (Bogotá 1982). Cf. de modo particular, A. METHOL FERRE, “Tiempos de preparación”, *ibidem*, 11-25 e E. CÁRDENAS, “La Iglesia latinoamericana en la hora de la creación del CELAM”, *ibidem*, 27-73. Para os documentos preparatórios e da própria Conferência do Episcopado Latino-americano no Rio de Janeiro, cf. o recém lançado CD-Rom: CELAM, *Documentos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano: Rio de Janeiro – Medellín – Puebla – Santo Domingo*. São Paulo 2001.

<sup>9</sup> J. BEOZZO, “O planejamento pastoral em questão” (*REB* 42/167, 1982, 465-505, em especial, 490-494).

<sup>10</sup> JOÃO XXIII, “Discurso de à hierarquia latino-americana”. 3<sup>a</sup> Reunião Anual do CELAM (Roma: 06-15/11/1958, *REB* 19/1, 1959, 176 ss).

A recomendação do Papa não teve conseqüências práticas e, por isto, o plano de pastoral de conjunto solicitado em 1958 foi peremptoriamente urgido pelo mesmo Papa, a 8 de novembro de 1961. João XXIII enviou Carta Apostólica ao episcopado Latino-Americano depois que, em meados de 1961, a revolução cubana de 1959, declarou seu caráter socialista, entrando em rota de colisão com setores importantes da Igreja local, de modo particular, com os bispos, o clero e a classe média que freqüentava os colégios de religiosos e religiosas<sup>11</sup>.

Cuba, país católico e ao mesmo tempo atravessado por profundas e injustas desigualdades sociais não era muito diferente do restante da América Latina, onde a inquietação social colocara muitos deles na orla de uma revolução social<sup>12</sup>.

A passagem de Cuba para o campo socialista, em tempos de acirrada guerra fria, demonstrava a vulnerabilidade política, social e religiosa do continente, fazendo soar o alarme nos Estados Unidos. Este lançou em 1961 sua campanha de apoio à reforma agrária e a outras reformas sociais ao sul do Rio Grande, juntamente com um arremedo de Plano Marshall, a Aliança para o Progresso.

O alarme soou igualmente na Santa Sé que urgiu de toda a Igreja, de modo particular na Europa, Canadá, Estados Unidos, apoio apostólico e financeiro para a Igreja da América Latina. A criação da *Adveniat* na Alemanha é fruto desta conjuntura eclesial, assim como a de outros organismos de solidariedade, seja no plano dos recursos materiais, seja no dos recursos humanos, tais como o Seminário de Verona, o Centro do Episcopado Italiano para a América latina (CEIAL) na Itália; o Colégio para a América Latina de Louvain, na Bélgica; o Comité Episcopal France Amérique Latine (CEFAL), na França, a Comissão Episcopal Canadense da América Latina (C.E.C.A.L), no Canadá, o Secretariado para a América Latina no seio da Conferência Episcopal norte-americana. Na Irlanda, o Papa pediu aos bispos que à Sociedade de São Columbano, responsável pelo Seminário Nacional de Maynooth, fossem dados “os poderes e as faculdades para recrutar, enviar à América Latina e ajudar de todas as formas os sacerdotes devidamente autorizados, a um tempo pelo seu próprio bispo e pelo bispo da diocese para onde vão”<sup>13</sup>.

Apelos semelhantes foram lançados a outros países, de modo particular à Espanha. Esta já contava, naquela ocasião, com 18.000 religiosos, religiosas e irmãos leigos, além de 650 padres seculares e 50 missionários leigos trabalhando nos vários países da América Latina. Em 1963,

---

<sup>11</sup> JOÃO XXIII, “Carta Apostólica ao Episcopado da América Latina – 8 de novembro de 1961” (*REB* 22/2, 1962, 461-463).

<sup>12</sup> O Núncio Apostólico no Rio de Janeiro, Dom Armando Lombardi, comenta claramente o que o Papa de modo velado havia aludido em sua carta: “É o drama sombrio de Cuba que encheu de surpresa, de dor e de angústia o coração do Papa: drama de uma Nação católica deste Continente que, quase inexplicavelmente, caiu nas garras do comunismo internacional, o qual imediatamente começou a aplicar os sistemas já conhecidos de luta contra conta a Igreja, a religião e a própria crença em Deus. Disse eu, “quase inexplicavelmente”, para sublinhar a dolorosa admiração que o fato causou em nosso espírito. Pois bem, o pensamento do Santo Padre é claro: em tantos outros países da América Latina existem mais ou menos, as mesmas condições políticas, econômicas, sociais, morais, religiosas, eclesiais que existiram em Cuba antes da revolução. É necessário, portanto, rezar, estudar, agir, a fim de que não se repita, também em outras partes, o doloroso drama cubano, tanto mais que a própria Cuba está empenhada em encontrar quem a siga no precipício em que se lançou”. A. LOMBARDI, “Apresentação da carta do Santo Padre”. V Assembleia Ordinária da CNBB (Rio de Janeiro, 2 a 5 de abril de 1962. Mimeo) 2-3.

<sup>13</sup> (*REB* 21/2, 1961) 479.

João XXIII pede aos bispos espanhóis que enviem outros 1.500 padres seculares, ao longo de três anos<sup>14</sup>.

Às diferentes igrejas locais da América Latina e do Caribe, João XXIII pediu um esforço redobrado de mobilização e articulação dos seus recursos materiais e humanos em torno a um plano de pastoral.

No Brasil, o Plano de “Emergência” foi preparado às pressas como o próprio nome o indica e aprovado durante a V Assembléia Ordinária da CNBB de 2 a 5 de abril de 1962, já às vésperas do Concílio<sup>15</sup>.

Ao mesmo tempo em que contemplava o princípio do planejamento pastoral, preparava as estruturas da própria CNBB e da Igreja do Brasil para aplicá-lo. A principal decisão foi a de descentralizar a sua implementação, criando-se os sete primeiros regionais da CNBB e solicitando-se de cada diocese o estabelecimento de um secretariado do PE, para servir de elo de ligação com as estruturas nacionais e de centro propulsor das diretrizes do plano a nível local.

## 2. CONDIÇÕES PARA A RECEPÇÃO ATIVADAS DURANTE O CONCÍLIO

Ao lado do dinamismo da CNBB e do seu secretário geral, Helder Camara, algumas condições colaboraram sobremaneira para a atuação e o dinamismo do episcopado brasileiro no Concílio e para o encaminhamento de sua recepção. Destacamos três dentre elas:

a) o fato de os bispos brasileiros morarem juntos num local espaçoso e privilegiado, o melhor de todos em Roma, a casa da Ação Católica Italiana, a *Domus Mariae*, situada na Via Aurélia, nº 480, não longe da Basílica de São Pedro e ao lado do Colégio Pio Brasileiro, onde estudavam uma centena de teólogos e filósofos brasileiros, alunos da Pontifícia Universidade Gregoriana<sup>16</sup>. A *Domus Mariae*, construída ao fundo de um grande terreno, era um espaço tranqüilo, rodeado de árvores e possuía um grande salão propício para conferências e sessões plenárias de um episcopado numeroso como o brasileiro<sup>17</sup>. Oferecia, ao mesmo tempo, um grande número de salas que permitiam o trabalho em pequenos grupos, mas amplas o suficiente, para abrigarem os participantes de todo um regional da CNBB.

b) O deliberado programa de reciclagem do episcopado, tateante no primeiro período conciliar e bem elaborado nos seguintes. Uma das maiores dificuldades para bispos chegando depois de anos mergulhados em trabalhos pastorais e administrativos, era a de acompanhar o debate teológico e o alcance das diferentes propostas de texto defendidas pelas várias correntes teológicas e ideológicas, que se confrontavam na aula conciliar, nos jornais e nos

<sup>14</sup> W. PROMPER, *Priesternot in Lateinamerika*. (Löwen 1965) 270.

<sup>15</sup> CNBB, *O Plano de Emergência para a Igreja do Brasil* (Rio de Janeiro<sup>2</sup>, 1963)

<sup>16</sup> J. BEOZZO, José Oscar, *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: Participação e Prosopografia – 1959-1965*. (Tese de doutorado, São Paulo, 2001). Mimeo. Cf. de modo particular, o cap. II.3. “Local de Moradia e Trabalho: a *Domus Mariae*”, 131-136 e o cap. II.4. “Ponto de apoio: o Colégio Pio Brasileiro”, 137-143.

<sup>17</sup> O episcopado brasileiro, à abertura do Concílio, contava com 204 membros, 173 dos quais compareceram à primeira sessão (84,8%). Nas sessões seguintes, a proporção de presenças sobre o número total de bispos, oscilou ao sabor sobretudo da crise política interna do país que desembocou no golpe de estado e na tomada do poder pelos militares, a 31 de março de 1964; 183/220 (83,2%), na segunda sessão de 1963; 167/221 (75,5%), na terceira de 1964; 192/227 (84,6%), na última sessão de 1965.

folhetos, artigos e livros que eram entregues aos padres conciliares. Para obviar a esta dificuldade, começaram a ser convidados teólogos, bispos e cardeais mais em vista no Concílio, para falarem ao episcopado brasileiro. Foram dez conferências na primeira sessão do Concílio; vinte e cinco, na segunda; vinte e cinco na terceira, e trinta na quarta e última sessão<sup>18</sup>. As conferências seguidas de debates e estudos facilitavam a preparação, discussão e aprovação de posições coletivas do episcopado brasileiro nas suas intervenções e votações. Noventa ao todo, estas conferências foram assim avaliadas por um dos padres conciliares brasileiros, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, bispo de Afogados da Ingazeira, PE: “O Concílio valeu-me como uma universidade. Foi a maior reciclagem que pude fazer na vida”<sup>19</sup>.

Outro padre conciliar, Dom Agnelo Rossi, então arcebispo de Ribeirão Preto, SP falando das conferências e do próprio Concílio, escrevia aos seus diocesanos: “*Fomos alunos da melhor e mais importante Universidade do mundo. Voltamos aos bancos escolares, tendo como companheiros e mestres, homens de todas as raças e de todos os povos...*”<sup>20</sup>.

c) As duas assembléias da CNBB realizadas, uma, durante a terceira sessão conciliar em 1964, para mudança dos estatutos e adequação antecipada das estruturas da entidade, para a aplicação do concílio e eleição da nova diretoria; a outra, extraordinária, ao longo dos três meses da última sessão, de setembro a novembro de 1965, dedicada à discussão e aprovação do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) destinado a traduzir na prática, em face da realidade brasileira, as decisões do Concílio.

Teste importante para a recepção geral do Concílio foi o da esfera da liturgia. O esquema discutido na primeira sessão conciliar (outubro e novembro de 1962) foi emendado, votado e finalmente promulgado ao final da segunda sessão (04-12-1963), para entrar em vigor em 1964. A conferência deu um mandato inequívoco, com mais de 90% dos votos, a um de seus membros, Dom Clemente Isnard OSB, para implementar a reforma litúrgica.

A singular conjunção entre um Plano de Pastoral (PE) apenas aprovado e, a necessidade de revê-lo ou mesmo de elaborar outro completamente diferente, colocou a questão da recepção do concílio e de sua aplicação pastoral ao Brasil, na agenda da CNBB e de seu secretário geral, desde as primeiras semanas do Concílio.

Data do final da primeira sessão um lúcido documento redigido por Dom Helder Camara e enviado a outros irmãos do episcopado ao redor do mundo. Foi imediatamente traduzido ao inglês e ao francês. Trata-se de documento todo ele voltado para as questões do pós-concílio e de sua recepção cujo original em português escrito na primeira inter-sessão e datado de 23 de janeiro de 1963, com anotações de próprio punho de Dom Helder, encontra-se nos arquivos da CNBB, em Brasília<sup>21</sup>. Pe. Luiz Carlos Luz Marques dedicou cuidadosa análise a este documento<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> J. BEOZZO, José Oscar, *Padres Conciliares*, cap. II.6. “As Conferências da *Domus Mariae*”, 162-179.

<sup>19</sup> Entrevista ao autor. Ibiúna, 23-10-1996

<sup>20</sup> B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*, Primeira Sessão, 1962. (Petrópolis 1963), 355.

<sup>21</sup> Marques, em nota inicial, esclarece: “Cito diretamente da versão em inglês do documento, arquivada sob o nº 0238, no Fundo Houtart, em Louvain-la-Neuve, p. 14. Traz na primeira página: “In the course of Vatican II” e na última, uma data: “New York, 12 July, 1963”. De uma carta de Dom Helder ao Card. Suenens, sabemos que o texto original estava já pronto em 23 de janeiro de 1963, e traduzido em francês. Nos arquivos da CNBB, em Brasília, encontra-se uma versão em português, datilografada, com substanciais correções manuscritas com a caligrafia do próprio Dom Helder. O documento tem como sub-títulos: Completing Vatican I; The dialogue of the century; Revision of [catechesis]; We and our clergy; Practical conclusions about the Laity; A new meeting with poverty; A closing worthy of Vatican II; After-Council, as important as the Council”. MARQUES, art. cit. nota 1.

A proposta de recepção que começou a ser discutida desde o final da primeira sessão conciliar, ganhou corpo com a convocação da VI Assembléia Geral da CNBB, de 26 de setembro a 11 de novembro de 1964, para mudança de seus estatutos e eleições. Neste momento, a CNBB já trabalhava com um pé no Concílio e com outro no pós-concílio, voltando-se para sua recepção e implementação na vida da Igreja do Brasil.

Este direcionamento torna-se ainda mais decisivo em 1965, durante a última sessão conciliar quando é convocada a VII Assembléia Geral Extraordinária da CNBB que se estende pelos três meses finais do Concílio. Nestes meses, o episcopado brasileiro encontra-se inteiramente empenhado na discussão e aprovação do Plano de Pastoral de Conjunto, o PPC.

Pode-se quase falar de dois concílios desenrolando-se paralelamente: um universal, na parte da manhã, na Aula Conciliar e outro particular da igreja do Brasil, na parte da tarde e de noite, nos locais da Domus Mariae.

Ainda que paralelos, encontram-se eles em íntima correlação e sinergia entre si. Ousamos dizer que, com o ritmo truncado da última sessão conciliar, ocupada em boa parte por votações e, em determinados momentos, entrando em recesso, sem congregações gerais<sup>23</sup>, a fim de dar às comissões conciliares tempo para ultimar o trabalho de triagem e incorporação dos modos e redação dos esquemas para novas votações, o concílio local da Igreja brasileira, ganhou mais espaço e preponderância.

### 3. A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, PPC: SUA SIGNIFICAÇÃO E SINGULARIDADES

O plano, para cuja elaboração o novo presidente da CNBB, Dom Agnelo Rossi deu o sinal verde, no curso da terceira sessão conciliar, implicou a cooperação estreita entre colaboradores permanentes da CNBB, representados de modo particular pelo sub-secretário geral, o Pe. Raimundo Caramuru Barros<sup>24</sup>, encarregado mor da elaboração do Plano e pessoas vindas da esfera pública na área do planejamento governamental, de maneira especial o técnico da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento de Planejamento Urbano de São Paulo, Francisco

---

<sup>22</sup> L. MARQUES, “The Reception of Vatican Council II: Issues regarding Reception in Latin América”. (Paper apresentado no Colóquio sobre a recepção do Vaticano II, em Inisfada, Manhasset, NY, 17th October, 2000. Mimeo), 8.

<sup>23</sup> Entre 30 de outubro e 7 de novembro de 1965, houve, por exemplo, suspensão das Congregações gerais, dando espaço para que as comissões trabalhassem a tempo integral.

<sup>24</sup> Nascido no Ceará, no porto de Camocim, por razões de família, estudou no seminário de Mossoró, no Rio Grande do Norte, cujo bispo, também reitor do seminário, era Dom Jaime de Barros Câmara, futuro cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, RJ. Concluiu o seminário menor em Fortaleza, CE e estudou filosofia e teologia no Seminário Central de São Leopoldo, RS. Em 1959, foi para o Rio de Janeiro, como assistente nacional da JAC, passando a trabalhar diretamente com D. Helder Camara, o responsável nacional pelo conjunto da Ação Católica. Tornou-se assessor do Departamento de Opinião Pública da CNBB, cujo titular era Dom Eugênio de Araújo Sales, quando cooperou na formulação do Plano de Emergência da CNBB, aprovado em abril de 1962. Neste momento, foi guindado à responsabilidade de secretário executivo do PE, encarregado de seu acompanhamento em nível nacional. Durante o Concílio esteve encarregada da publicação do *Concílio em Foco*.

Whitaker<sup>25</sup>, um ex dirigente nacional da JUC e, por isto mesmo, com fácil trânsito nas áreas de Igreja<sup>26</sup>.

A primeira e quiçá a mais importante singularidade do PPC é a de envolver, desde logo, certa leitura do Vaticano II, privilegiando determinados documentos, enfatizando algumas temáticas caras à experiência pastoral da Igreja do Brasil e acrescentando dimensões pouco trabalhadas nos documentos do Concílio, mas cruciais para igreja local, como a da catequese.

Sua significação maior foi a de permitir à Igreja do Brasil, sair do Concílio, com um plano de trabalho para a recepção e implantação do espírito e das diretivas do Vaticano II, já aprovados pelo conjunto dos Bispos. Seria impensável, uma vez terminado o Concílio, com as distâncias do país e o isolamento de muitas das regiões em particular da Amazônia, convocar de novo os bispos todos do Brasil, por um período suficientemente longo, para permitir a preparação de tal plano de pastoral.

O PPC propunha-se como objetivo geral, “criar meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajuste, o mais rápido e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”<sup>27</sup>.

O Plano está dividido em três partes:

I<sup>a</sup> - Introdução Geral do Plano.

II<sup>a</sup> - Diretrizes fundamentais da Ação Pastoral

III<sup>a</sup> - Plano nacional das atividades da CNBB

A primeira parte corresponde à Introdução geral do Plano, e apresenta dados gerais sobre a CNBB, sua história e suas finalidades, assim como o objetivo geral deste Plano, sua ligação com o Plano de Emergência, e os princípios básicos que orientaram a formulação das diretrizes.

A segunda parte corresponde ao pano de fundo de toda formulação do Plano e de seu desenvolvimento. A partir dos objetivos de ação da Igreja, traça as diretrizes que formulam as opções feitas e fundamentam as decisões a serem tomadas no seu detalhamento e desdobramento; estabelece igualmente os princípios gerais de aplicação destas diretrizes aos planos nacional, regionais e diocesanos.

A terceira parte contém o Plano nacional de atividades da CNBB, e define os objetivos do trabalho, a sistemática adotada, os responsáveis pela execução, as tarefas, datas, prazos”<sup>28</sup>.

O PPC estrutura suas propostas de implantação da reforma conciliar em torno a seis linhas pastorais que tentam reduzir a uma síntese operativa o conjunto das constituições, decretos e declarações do Vaticano II:

“Linha de trabalho n<sup>o</sup> 1: Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica”<sup>29</sup>.

Linha de trabalho n<sup>o</sup> 2: Promover a ação missionária<sup>30</sup>.

<sup>25</sup> Whitaker é o atual secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, organismo da CNBB.

<sup>26</sup> Whitaker narra sua participação na elaboração do PPC em artigo de 1982: F. WHITAKER, “A respeito do artigo publicado nesta revista: ‘Igreja do Brasil – o planejamento pastoral em questão’” (REB 43/1 1983, 135-140).

<sup>27</sup> PPC 25.

<sup>28</sup> PPC, 15-16.

<sup>29</sup> PPC, 52-61.

<sup>30</sup> PPC, 62-65.

Linha de trabalho n ° 3: Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica<sup>31</sup>.

Linha de trabalho n ° 4: Promover a ação litúrgica<sup>32</sup>.

Linha de trabalho n ° 5: Promover a ação ecumênica<sup>33</sup>.

Linha de trabalho n ° 6: Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus<sup>34</sup>.

Algumas destas linhas estão diretamente coladas a um ou mais dentre documentos conciliares: a linha 1 correspondendo à Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, ao decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos, ao decreto *Perfectae Caritatis* sobre a vida religiosa consagrada e ao Decreto *Christus Dominus* sobre o governo das dioceses, conferências episcopais e conselhos de presbíteros e de pastoral; a dois, ao Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja e igualmente ao decreto *Perfectae Caritatis* sobre a reforma da vida religiosa e importância do seu empenho missionário; a três, à Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Palavra de Deus; a quatro, à Constituição da Liturgia *Sacrosanctum Concilium*; a cinco, ao decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*; a seis, à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje.

Alguns dos documentos conciliares, que não estavam ainda promulgados nos dias da aprovação do PPC, ficaram, de certo modo, na sombra, como a declaração *Dignitatis Humanae* sobre a Liberdade Religiosa, promulgada somente na Sessão Pública de 7 de dezembro de 1965. Outros não recebem também uma menção direta no PPC, talvez por sua pequena incidência na realidade eclesial brasileira, como o Decreto *Orientalium Ecclesiarum*, voltado para as Igrejas Católicas Orientais<sup>35</sup>.

Concluindo, a CNBB aponta a razão e a expectativa presentes no projeto: “Este Plano visa, pois, ser o esforço coordenado e conjunto para que a Igreja no Brasil possa realizar, o mais plenamente possível, o que Deus dela espera nos próximos cinco anos”<sup>36</sup>.

Outra singularidade do Plano é investir, para a sua aplicação, na nova estrutura mais descentralizada da CNBB que passa dos sete regionais até então existentes, para treze<sup>37</sup>. Ao

<sup>31</sup> PPC, 66-70.

<sup>32</sup> PPC, 71-78.

<sup>33</sup> PPC, 79-81.

<sup>34</sup> PPC, 82-88.

<sup>35</sup> Em 1965, havia apenas um Ordinariato para todos os fiéis de Ritos Orientais, criado em 14-11-1951, tendo por sede a Arquidiocese do Rio de Janeiro e por ordinário o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1951-1971). Posteriormente foram criados para os fiéis de Rito Maronita, a Eparquia de Nossa Senhora do Monte Líbano, em São Paulo (29-11-1971); para os fiéis do Rito Grego-Melquita, a Eparquia de Nossa Senhora do Paraíso, em São Paulo (29-11-1971); para os fiéis do Rito Ucrâniano, a Eparquia de São João Batista, em Curitiba (29-11-1971) e para os fiéis de Rito Armeno, o Exarcado Apostólico Armeno para a América Latina e o México, em São Paulo (03-07-1981).

<sup>36</sup> *ibidem*, 16.

<sup>37</sup> O aumento do número de regionais foi alcançado pelo desdobramento de alguns dos já existentes em novas unidades. Assim, o anterior regional Nordeste foi dividido em três: Nordeste I (Maranhão, Piauí, e Ceará, com sede em Fortaleza), Nordeste II (R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com sede no Recife) e Nordeste III (Bahia e Sergipe, com sede em Salvador); o antigo Sul, também em três: Sul I (São Paulo, com suas cinco províncias eclesiásticas, com sede na capital); Sul II (Paraná, com sede em Curitiba), Sul III (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede em Porto Alegre); o Centro Oeste, em dois: Centro Oeste (Província de Goiás) e Extremo Oeste (Província de Mato Grosso). Cf. Ata de 30 de setembro de 1964. *CM*, n ° 146-147, nov/dez. 1964, pp. 16-17.

mesmo tempo em que se regionalizava, a CNBB potenciava seus instrumentos de ação em âmbito nacional, criando quatro novos secretariados (Ministério Sacerdotal Pastoral Extraordinária, Apostolado das Religiosas e Pastoral das Prelazias)<sup>38</sup>.

Com o secretariado do Apostolado das Religiosas, a CNBB procurava atrair e articular o verdadeiro exército de religiosas, cerca de 37.747, três vezes mais numerosas que a soma de todos os sacerdotes religiosos (7.515) e de todo o clero secular (4.628)<sup>39</sup>. A experiência de os bispos enquadrarem a partir da CNBB a vida religiosa feminina, no intuito de integrá-la no esforço pastoral das dioceses, em que pese seu sucesso, revelou-se inadequada. Na década de 70, este secretariado foi extinto, voltando a CNBB a articular-se com a CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), para todos os esforços e iniciativas comuns entre a conferência dos bispos e a conferência dos religiosos.

Outro secretariado estratégico foi o das Prelazias visando tirar do secular isolamento eclesial a região amazônica<sup>40</sup>. No passado, suas duas dioceses, a de São Luiz do Maranhão (1677) e a de Belém do Pará (1719), nunca foram sufragâneas da Arquidiocese da Bahia, mas sim diretamente de Lisboa. A região não era também regida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, a legislação eclesiástica em vigor para todo o Brasil, até a introdução da nova legislação do Concílio Plenário Latino-Americano (Roma, 1899), a 1º de janeiro de 1900. A região amazônica dependia das Leis e Regimentos de Missão, a típica legislação das áreas indígenas, ou ainda das Constituições do Arcebispado de Lisboa ao qual estavam subordinadas as dioceses de São Luiz e de Belém<sup>41</sup>.

O Secretariado para a Pastoral Extraordinária tentava englobar uma série de novos desafios, como o da pastoral das grandes cidades, o dos meios de comunicação social, dos universitários e intelectuais e que não encontravam guarida nos demais secretariados.

#### 4. NO PÓS-CONCÍLIO, A IMPLEMENTAÇÃO DAS REFORMAS

Alguns aspectos do PPC tiveram uma extensa e duradoura influência na vida da Igreja do Brasil e na recepção do Vaticano II:

- a) O Plano lançou uma série de levantamentos e pesquisas de caráter social, religioso e histórico acerca dos principais aspectos da realidade brasileira e da inserção e atuação da Igreja nesta mesma realidade. As pesquisas, num total de dezenove, estavam divididas em três blocos:

<sup>38</sup> Ata de 30 de setembro de 1964 (CM, 146-147, 1964), 15-17.

<sup>39</sup> Estatísticas do CERIS (1961) reproduzidas pelo PPC, 40.

<sup>40</sup> Sobre os prelados, Dom Helder exprime um juízo severo, depois de algumas votações adversas em eleições internas da CNBB: “O que temos de mais vivo e dedicado dentro da CNBB ficou em estado de desolação. Sem entender. Parece que a chave do enigma, desta como da eleição da presidência, reside no fenômeno dos prelados. Eles são 40. Quase todos estrangeiros. Muitos alheios à verdadeira problemática do Brasil. Há, sem dúvida, dedicação apostólica, mas a serviço de uma pastoral desatualizada e muito pouco Vaticano II. As prelazias constituem, sem dúvida, um dos grandes desafios pastorais lançados à CNBB”. (HC Circ. IV/64, 12/13-11-1965).

<sup>41</sup> Cf. J. BEOZZO, *Leis e Regimentos de Missão* (São Paulo 1983) e CEHILA, *História da Igreja na Amazônia* (Petrópolis 1992).

- um primeiro, contemplava as pesquisas, em número de nove, à base de entrevistas de campo em áreas escolhidas por amostragem: 1. Clero, religiosas e leigos; 2. Estrutura da Igreja; 3. Motivação religiosa e comportamento moral; 4. Categorias mentais do povo e comunicação da Palavra de Deus; 5. Situação atual do anúncio missionário; 6. Situação atual da pastoral litúrgica; 7. Situação atual da catequese; 8. Igreja e Família e 9. Igreja e Educação<sup>42</sup>;
- o segundo, as pesquisas, em número de quatro, à base de documentos existentes e da observação direta: 1. A Igreja e a Opinião Pública; 2. Bens Eclesiásticos; 3. Migrações e estações de embarque e desembarque; 4. Locais de turismo<sup>43</sup>;
- e o terceiro, as pesquisas, em número de seis, à base de estudos interpretativos de dados e documentos já existentes: 1. História Religiosa; 2. Ciências Sagradas; 3. Expressões Religiosas; 4. Igreja e Ecumenismo; 5. Igreja e Desenvolvimento; 6. Elementos sócio-econômico-culturais<sup>44</sup>.

Buscou-se, por primeira vez, fundamentar as decisões pastorais num melhor conhecimento da realidade, recorrendo-se amplamente às contribuições das ciências sociais. As pesquisas foram acompanhadas de um programa de reflexão e elaboração teológica pastoral: “Objetivo deste programa é dar à ação da Igreja um fundamento sempre mais sólido à luz da reflexão teológico pastoral”<sup>45</sup>.

Foi desencadeado, assim, um rico processo de interação entre ciências sociais, teologia e pastoral que inspirou posteriormente o método e muitas das melhores intuições da teologia da libertação durante os anos 70 e 80.

- b) O Plano dedicou especial atenção à formação e treinamento de bispos, sacerdotes, religiosas e leigos para implementar o PPC. Vários institutos nacionais de formação, respaldados pela CNBB foram fundados: o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (ISPAL), para a Liturgia, no Rio de Janeiro, RJ; o Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC), para a Catequese, em Salvador, BA; o Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV), no Rio de Janeiro, RJ; o Instituto Nacional de Apostolado dos Leigos (INAL), para o apostolado dos leigos. Mais tarde, estes institutos, com exceção do ISPAC da Bahia fundiram-se no Instituto Nacional de Pastoral (INP), que perdeu, entretanto, o dinamismo inicial de centro de formação, convertendo-se num laboratório de reflexão teológica e pastoral a serviço da CNBB. Num outro nível, muitas dioceses fundaram institutos teológico-pastorais para educar e treinar seus agentes de pastoral ou promoveram pelo menos uma intensa reciclagem das pessoas envolvidas nas atividades da igreja: catequistas, equipes de liturgia, responsáveis pelos cursos de preparação aos sacramentos, mormente batismo e matrimônio. O florescimento de uma teologia local aconteceu não nos seminários - que passaram por profunda crise de identidade e de projeto -, sendo a maioria deles fechados ou nas faculdades de teologia, mas no processo de reflexão teológica que acompanhou os esforços de renovação eclesial. De modo particular, o surgimento das comunidades eclesiais de base (CEBs) imersas em muitos conflitos de ordem social ou política e das novas formas de intervenção apostólica, como

---

<sup>42</sup> PPC, 114-116.

<sup>43</sup> PPC, 117.

<sup>44</sup> PPC, 118-119.

<sup>45</sup> PPC, 120.

o das muitas e variadas pastorais (pastoral da terra, pastoral indigenista, pastoral operária, pastoral da juventude, pastoral universitária, pastoral da mulher marginalizada, pastoral da criança ou dos meninos e meninas de rua e assim por diante), tornaram-se um constante estímulo e desafio para uma reflexão teológica colada à realidade e inovadora, no seu método e nas suas temáticas<sup>46</sup>.

- c) A resolução mais importante do PPC foi a de propor um novo modelo de Igreja que facilitasse a plena participação de todos os batizados na base da sociedade e da Igreja. A porta de entrada para a tematização das CEBs no PPC é a dinamização das paróquias, mas a proposta ganha logo na prática autonomia de vó e configuração própria. Ao tratar da comunidade de Igreja, o PPC constata a dificuldade de as paróquias se converterem em comunidades vivas, concluindo: “Faz-se urgente uma descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base (como as capelas rurais), onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos”<sup>47</sup>. A implementação das CEBs, como a forma normal de ser Igreja, foi a meu ver, a decisão de fato crucial para o futuro da Igreja do Brasil<sup>48</sup>. As CEBs tornaram-se o lugar e a ocasião para o florescimento de novos ministérios leigos e de lideranças eclesiais populares. Facilitaram igualmente a participação de todos os batizados como integrantes do único “povo de Deus” na vida da Igreja e em muitas de suas esferas de decisão<sup>49</sup>. As CEBs moldaram uma forma de vivência eclesial que facilitou a vinculação entre a fé e a vida quotidiana; a celebração litúrgica e o compromisso social e político<sup>50</sup>. As CEBs abriram igualmente caminho para uma revolução silenciosa no sentido de se superar a exclusão das mulheres dentro de estruturas eclesiásticas tradicionalmente dominadas por homens e nitidamente marcadas

<sup>46</sup> Para um panorama desta relação entre Concílio e Pastorais, cf. J. BEOZZO, *A Igreja do Brasil de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo* (Petrópolis<sup>2</sup> 1996), de modo particular o capítulo “Nos passos do Concílio – João XXIII e a Igreja do Brasil”, 11-113.

<sup>47</sup> PPC, 39-39.

<sup>48</sup> Para uma visão mais articulada da questão das CEBs no PPC, leia-se o estudo do seu principal redator e idealizador: R. BARROS, *Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva* (Petrópolis 1967)

<sup>49</sup> Sobre as CEBs no Brasil, cf. F. TEIXEIRA, *A Fé na Vida*. Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil (São Paulo 1987); *Comunidades Eclesiais de Base – bases teológicas* (Petrópolis 1988); *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil* (São Paulo: 1996); REGAN, David, *Experiência Cristã das Comunidades de Base – Mistagogia* (São Paulo 1995); J. MARINS/C. CHANONA, Carolee/T. TREVISAN, *The Church from the roots – Basic Ecclesial Communities* (Quezon City<sup>3</sup> 1997); C. POITRAS, *La communauté ecclésiale de base au Brésil à la recherche de ses fondements théologiques et pastoraux*. L’apport de Jean-Paul Audet. (Thèse de doctorat. Faculté des Études Supérieures –Université de Montreal 1997); F. WEBER *Gewagte Inkulturation. Basisgemeinden in Brasilien*. Eine pastoralesgeschichtliche Zwischenbilanz (Mainz, 1996); F. WEBER (Hg.), *Frischer Wind aus dem Süden*. Impulse aus den Basisgemeinden (Innsbruck-Wien 1998). Para uma revisão crítica, cf. C. BOFF et alii, *As Comunidades de Base em questão* (São Paulo 1997); I. LESBAUPIN (Org.), *Igreja, comunidade e massa* (São Paulo 1996); C. LEVY “CEBs in Crisis: Leadership Structures in São Paulo Area”, in J. BURDICK/ W.E HEWITT, *The Church at the Grassroots in Latin America – Perspectives on Thirty Years of Activism* (Westport, Connecticut, London, 2000, 167-182; J. BURDICK, *Looking for God in Brazil: The Progressive Catholic Church in Urban Brazil’s Religious Arena*. (Berkeley 1993).

<sup>50</sup> O papel inovador decisivo das CEBs na renovação eclesial da Igreja do Brasil, foi oficialmente reconhecido: CNBB, *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. 7ª. Reunião Ordinária do Conselho Permanente. Brasília, DF, 23 a 26 de novembro de 1982 (Documentos CNBB 25, São Paulo 1982).

pela sua marginalização<sup>51</sup>. Dentro das CEBs não havia nenhum obstáculo mais estrutural para a participação e liderança das mulheres em todos os aspectos da vida das comunidades<sup>52</sup>.

- d) Hoje em dia, segundo recente levantamento promovido pela CNBB, cerca de 85% das celebrações dominicais na Igreja do Brasil são presididas não por ministros ordenados mas por leigos dirigentes das comunidades e, na maior parte delas, por mulheres. Há, portanto, uma clara contradição entre certo tipo de teologia e normas disciplinares e a prática quotidiana das comunidades que os bispos do Brasil não conseguem, ou melhor dizendo, são impedidos por Roma, de resolver. O caminho normal, já aventado no Concílio por alguns bispos do Brasil, notadamente por Dom Pedro Paulo Koop<sup>53</sup>, bispo diocesano de Lins, SP e por Dom Austregésilo de Mesquita Filho<sup>54</sup>, bispo de Afogados da Ingazeira, PE, e tantas vezes re-proposto de maneira majoritária pelo episcopado, desde a Assembléia da CNBB de 1969, seria o de reconhecer estes ministérios leigos, de um lado e, de outro, ordenar estes ministros como presbíteros de suas comunidades de modo a assegurar às mesmas o seu direito à celebração não só da Palavra de Deus, mas também da Eucaristia e do sacramento da reconciliação<sup>55</sup>.
- e) A leitura quotidiana da Bíblia, seja pessoalmente seja nos círculos ou grupos bíblicos, tem alimentado a fé, a vida e a espiritualidade dos fiéis, particularmente nas comunidades de base. A freqüentação da Palavra de Deus nos meios populares colocou as premissas para um encontro ecumênico entre o povo pobre das comunidades de base católicas e participantes das igrejas protestantes. O primeiro passo para um contato massivo com a

<sup>51</sup> Acerca da participação das mulheres nas CEBs, cf. T. CAVALCANTI, “Cultura da Mulher”, in Equipe Central do 8º. Intereclesial de Ceb. Santa Maria, RS, 08-012/09/1992, *Culturas Oprimidas e a Evangelização na América Latina* – Texto-base (Santa Maria 1991, 61-68); L. RIBEIRO, “Comunidades de Irmãs e Irmãos – A questão de Gênero nas CEBs”, in 10º. Encontro Intereclesial das CEBs – Ilhéus-Bahia, 11 a 15 de julho de 2000, *CEBs, Povo de Deus, 2000 Anos de Caminhada* – Texto-base (Paulo Afonso, 1999, 152-177). C. DROGUS, “Reconstructing the feminine: Women in São Paulo CEBs” (*Archives des Sciences Sociales des Religions* 71, 1990); *Women, Religion, Social Change in Brazil’s Popular Church* (Notre Dame, 1977).

<sup>52</sup> Há avaliações críticas que insistem de modo particular nos limites estruturais para a participação das mulheres mesmo dentro das CEBs, pois estas encontram-se no seio da grande Igreja que reserva canonicamente todos os ministérios ordenados apenas aos homens, concentrando em suas mãos o poder sagrado: cânion 1024 – *Sacram ordinationem valide recipit solus vir baptizatus* (Só o varão batizado pode receber validamente a ordenação sagrada). Cf. M. NUNES, *Église, Sexe et Pouvoir. Les Femmes dans le catholicisme au Brésil. Le cas des Communautés Ecclésiales de Base*. (Paris, 1991. Tese de doutorado. Mimeo); “Autonomia das Mulheres e Controle da Igreja – Uma questão insolúvel? in A. BIDEGAIN (org.), *Mulheres: Autonomia e Controle Religioso na América Latina* (São Paulo/Petrópolis 1996, 59-70); J. BUENDIA, *Mulheres Católicas e Feminismo. Um estudo de Trajetórias de Vida* (São Paulo, 1998. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Mimeo). Cf. de modo especial parte II, cap. II: “CEBs: formas novas de convivência – possibilidades e limitações”, 45-51.

<sup>53</sup> Dom Koop preparou intervenção para ser lida na Aula Conciliar, durante a IV Sessão do Vaticano II, solicitando a ordenação ao presbiterado de homens casados. Enquanto recolhia adesões e aguardava o dia de apresentar seu texto, foi surpreendido tanto pela intervenção de Paulo VI, retirando o tema da agenda conciliar, quanto pelo vazamento de seu texto que foi publicado com grande estrépito pelo jornalista Henri Fesquet do jornal *Le Monde* de Paris. H. FESQUET, *Le Journal du Concile* (Forcalquier 1966), 966. O original latino do texto da intervenção que não foi pronunciada na Aula Conciliar, encontra-se transcrito no Livro de Tombo I da Diocese de Lins, à pág. 110. A versão portuguesa saiu publicada, um ano mais tarde, numa entrevista dada por Koop à revista *Vozes*: P. KOOP (*VOZES* 1966, 899-913). Cf. ainda o artigo de P.KOOP, “O Presbiterado para Homens Casados” (*REB* 26/4, 1966, 912-916).

<sup>54</sup> Cópia da intervenção de Dom Austregésilo que também não pode ser pronunciada na Aula Conciliar e que havia recolhido a adesão de 42 bispos, encontra-se depositada no Fundo Vaticano II de São Paulo.

<sup>55</sup> Sobre a questão ministerial de modo particular nas CEBs, leia-se J. ALMEIDA, *Teologia dos Ministérios não-ordenados na América Latina* (São Paulo 1989)

Bíblia veio de uma iniciativa ecumênica tomada pela Comunidade de Taizé da França, à raiz da amizade que se estabeleceu durante o Concílio entre os monges de Taizé e bispos do Brasil. Um grupo de Taizé veio ao Brasil para abrir uma comunidade em Olinda, na Arquidiocese de Recife. Acolhido por Dom Helder Camara, ficou, inicialmente, alojado no mosteiro de São Bento daquela cidade. Logo após o término do Concílio, a comunidade de Taizé doou um milhão de exemplares do Novo Testamento, numa versão popular, e que foi praticamente distribuído entre os membros das incipientes comunidades de base espalhadas por todo o país<sup>56</sup>. A ida da Bíblia para as mãos do povo provocou um esforço exegético sem precedentes na história do Brasil e da América Latina, todo ele voltado para uma leitura popular da Bíblia, ancorada na articulação entre fé e Bíblia e na busca de uma leitura comunitária, orante e ao mesmo tempo militante e comprometida da Palavra de Deus<sup>57</sup>. A Bíblia tornou-se companheira fiel da caminhada das CEBs e suscitou iniciativas ecumênicas fecundas, como o Centro Ecumênico Bíblico (CEBI)<sup>58</sup>.

- f) Para o nascimento e difusão das CEBs foi crucial o papel desempenhado pelas religiosas. Respondendo, com audácia e generosidade ao apelo do episcopado, um grande número dentre elas, vindas de diferentes ordens e congregações abandonaram o conforto de seus colégios voltados para jovens da classe média ou da elite e foram viver entre os mais pobres nas favelas, na periferia das grandes cidades ou em áreas social e pastoralmente desassistidas da zona rural<sup>59</sup>.
- g) A anterior experiência da Igreja do Brasil no Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>60</sup> inspirado nas teorias pedagógicas de Paulo Freire<sup>61</sup> e a capacitação destas religiosas adquirida em seus estudos e na sua prática educacional converteram-se lentamente numa provada prática metodológica de participação criativa e responsável e numa verdadeira escola de cidadania. As CEBs foram o berço de novas lideranças populares educadas no

<sup>56</sup> “Ontem, meu irmão Roger [Schutz], de Taizé, em gesto ecumênico lindíssimo, entregou a América Latina o primeiro milhão de exemplares do Novo Testamento em espanhol, já com aprovação do lado católico e do lado protestante. Não é um sinal dos tempos: protestantes e católicos distribuindo o mesmo texto?” HC IV, Circ. 68, 16/17-11-1965. O segundo milhão, viria, logo depois, em português, para ser distribuído no Brasil.

<sup>57</sup> T. CAVALCANTI, *O método de leitura popular da Bíblia na América Latina*. A contribuição de Carlos Mesters (Tese Doutorado em Teologia, Rio de Janeiro, 1991).

<sup>58</sup> A rica produção exegética suscitada pela leitura popular da Bíblia, pode ser acompanhada por intermédio da série *Estudos Bíblicos*, editada conjuntamente por uma editora católica, as Vozes de Petrópolis e outra luterana, a Sinodal de São Leopoldo e que se encontra já no seu 70 número em 2001. A produção latino-americana pode ser encontrada na Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana, pode ser encontrada na RIBLA (Revista Bíblica Latino-americana, editada igualmente pelas Editoras Vozes e Sinodal, [ribla@itf.org.br](mailto:ribla@itf.org.br), e terminou o ano de 2000 com o número 37). Um balanço abrangente da produção bíblica latino-americana passou a ser oferecido pelo Programa Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião da UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), a partir de 1988: *Bibliografia Bíblica Latino-americana*, vol. 1 (São Bernardo do Campo 1988). A partir do volume seguinte (1989) até o vol. 8 (1995), a *Bibliografia* passou a ser editada e distribuída em co-edição pelas Vozes de Petrópolis e pelo CEPGCR (Coordenação Ecumênica de Pós-Graduação em Ciências da Religião) de São Bernardo do Campo, sob a coordenação de Milton Schwantes. A bibliografia vem sendo atualmente difundida eletronicamente e pode ser acessada no site da UMESP: <[www.metodista.br/biblica](http://www.metodista.br/biblica)>.

<sup>59</sup> M. NUNES, “A Religiosa e o compromisso com os pobres no Brasil”, in CEHILA, *A Mulher pobre na História da Igreja na América Latina* (São Paulo 1984, 124-137); *Vida Religiosa nos Meios Populares*. (Petrópolis 1986).

<sup>60</sup> Cf. L. WANDERLEY, *Educar para Transformar*. Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base (Petrópolis 1984); M. BANDEIRA, *A Igreja Católica na virada da questão social: 1930-1964* (Petrópolis/Rio de Janeiro 2000), 326-27; 332-351.

<sup>61</sup> P. FREIRE, *Educação como prática da Liberdade* (Rio de Janeiro<sup>3</sup> 1971); *Pedagogia do Oprimido* (Rio de Janeiro 1974).

contato com a Bíblia, com a realidade, com a vida da comunidade e com o compromisso social. Das CEBs, brotaram a maioria dos movimentos populares brasileiros da década de 70 e algumas das melhores lideranças das oposições sindicais. Estas renovaram profundamente a vida e a prática dos sindicatos operários urbanos ou forneceram os primeiros quadros para a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais<sup>62</sup>. O Partido dos Trabalhadores (PT) criado em 1979, encontra suas raízes, tanto nas lideranças saídas do movimento das oposições sindicais quanto nas CEBs e pastorais sociais da Igreja Católica<sup>63</sup>.

- h) Numa de suas últimas circulares, ao final do Vaticano II, escrevia Dom Helder: “A querida CNBB, dentre todas as conferências episcopais, é a que está mais avançada para o após-concílio. Dispõe de um plano de pastoral de conjunto, calcado nas constituições e nos decretos conciliares, desdobrado em cinco anos e já contando com os recursos financeiros (recebidos da hierarquia alemã) e de excepcional equipe humana...”<sup>64</sup>. Neste comentário, o ex-secretário geral da CNBB indicava um dos elementos, sem o qual, seria impossível compreender o dinamismo pós-conciliar da Igreja do Brasil e, de modo particular, a implementação do PPC. Sem os recursos propiciados por *Adveniat*<sup>65</sup>, seria impensável a realização das dezenove custosas pesquisas levadas adiante pelo CERIS; a manutenção dos novos centros de formação e treinamento que forneceram inicialmente bolsas integrais para os participantes de seus cursos vindos de todo o país e o sustento, mesmo com salários para lá de modestos, da equipe de assessores e assessoras que passaram a trabalhar em tempo integral na CNBB e a percorrer todo o país. Estas equipes propunham-se a ajudar as dioceses na preparação de seus quadros para a renovação conciliar nas bases da Igreja e na elaboração dos próprios planos diocesanos de pastoral, com a criação dos respectivos secretariados encarregados de sua implementação.

Finalizamos nosso estudo com a apreciação sobre o Plano de Pastoral de Conjunto por parte do Pe. Gervásio Queiroga, um estudioso da vida da Igreja no Brasil e das repercussões do Concílio na sua pastoral:

---

<sup>62</sup> LESBAUPIN, Ivo, *Mouvement Populaire, Eglise Catholique et politique au Brésil: l'apport des communautés ecclésiastiques urbaines de base aux mouvements populaires*. Tese de doutorado Univ. Toulouse-le-Mirail, 1987.

<sup>63</sup> A. GALETTA, *Pastoral Popular e Política Partidária* (São Paulo 1986); S. MAINWARING, *Igreja e Política no Brasil (1916-1985)* (São Paulo 1989). A. FERRO, *Dimensión Política y Religiosa de las Romerías de la Tierra. Lo viejo y lo nuevo de las Romerías de la Tierra* (Tese de doutorado- PUC São Paulo 1991). J. FOLMANN, *Religion, Politique et Identité. Christianisme de la libération au sein du Parti des Travailleurs au Brésil (1979-1989). Recherche sociologique sur l'identité des catholiques engagés dans ce parti et sa signification au niveau du parti et de l'Église*. (Thèse de doctorat en sociologie – UCL, Louvain-la-Neuve 1993); J. FOLMANN, “Progressive Catholicism and Left-Wing Party Politics in Brazil”, BURDICK & HEWITT, o.cit., 53-68

<sup>64</sup> HC IV, Circ. 64, 12/13-11-1965

<sup>65</sup> Os gastos previstos para a execução do Plano subiam a quase dois bilhões de cruzeiros, ou US\$ 1,081,00 (hum milhão e oitenta e hum mil dólares norte-americanos). *Ata da reunião da Comissão central*, Roma, 23/09/1965, in CNBB, CNBB, *Atas das reuniões da Comissão Central 1958 a 1967*. Segundo Marques, este valor correspondia, ao câmbio oficial do dia, (US\$ 1.00 = Cr\$ 1.850,00, publicado no jornal «O Estado de São Paulo», ano LXXXVI, nº 27.740, quinta-feira 23-09-1965, mas no «cambio paralelo» o valor subia a CR\$ 1.865,00). De fato, a Igreja da Alemanha passou à CNBB, a importância de US\$ 1.045.154, dividida em cinco parcelas anuais. cf. T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição* (São Paulo 1974), 253 (segundo BEOZZO, «Igreja...», 498). MARQUES, art. cit., p. 9, nota 32.

“o PPC, fruto de um diálogo continuado e proveitoso entre teologia pastoral e planejamento” possibilitou à Igreja no Brasil a aquisição de “um alto grau de rentabilidade e eficiência, como também elevado nível organizacional, sem prejuízo da dimensão teológica aprofundada”<sup>66</sup>.

## CONCLUSÃO

Nesta re-visitação histórica das relações entre o Concílio Vaticano II e a Igreja do Brasil, o enfoque principal repousou no processo de recepção do evento conciliar, ressaltando-se a sua originalidade no caso brasileiro.

Deve-se notar, entretanto, que não se pode isolar a recepção brasileira da recepção latino-americana, uma impulsionada pela CNBB e outra pelo CELAM. Aconteceu, de modo particular durante o Concílio e no imediato pós-concílio, uma intensa e profunda interação entre as diversas igrejas do continente, sendo este um dos frutos mais relevantes do processo conciliar. Seu resultado mais visível foi a criação de uma nova identidade destas igrejas, levando-se a falar daí para frente, com muita propriedade, de uma pastoral, de uma teologia e de um rosto eclesial Latino-Americano e caribenho.

O caminho escolhido para cernir o nó das relações entre o Concílio e a igreja do Brasil, colocou em evidência a vantagem de se escolher eventos e momentos de alta densidade colegial, como a elaboração do PPC, neste sentido, acontecimento correlato à própria experiência de sinodalidade do próprio Concílio.

De outro lado, esta escolha trouxe consigo limitações, sendo talvez a principal, que procuramos entretanto, minorar ao longo do estudo, a de deixar um tanto na sombra o cotidiano da vida eclesial, lugar onde se pode, de fato, verificar o grau e a profundidade da recepção concreta do Concílio.

Mas é precisamente examinando o dinamismo das CEBs, das pastorais sociais, dos movimentos leigos, da reflexão bíblico-teológica latino-americana que se pode dizer que o Concílio Vaticano II encontrou no Brasil e na América Latina e Caribe, um campo privilegiado de sua recepção e de novos e singulares desdobramentos pastorais e teológicos.

---

<sup>66</sup> QUEIROGA, CNBB..., 377-378, citado por Marques, art. cit. p. 11.